

A DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO VISTO NOS LIVROS DIDÁTICOS*

DAVID, Bruna de Souza**

Apresentação

O tema proposto para esse trabalho de pesquisa é a área temática de História Regional, e, mais especificamente, sobre a divisão do antigo Estado de Mato Grosso em duas unidades federativas: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Pretende-se problematizar como esse tema é abordado nos livros didáticos. Para tanto, como objeto de estudo, utilizarei três livros didáticos que abordam a História de Mato Grosso do Sul em instituições de ensino em Campo Grande, MS.

A apresentação desse trabalho será feito a partir de estudos anteriormente abordados sobre História Regional, suas teorias e metodologias. Partirei então para autores que trabalham sobre a divisão de Mato Grosso / Mato Grosso do Sul: tanto obras acadêmicas quanto obras memorialistas, para estabelecer as relações entre uma e outra.

Para efeito de esclarecimento, julga-se este trabalho incompleto por apresentar apenas a discussão teórica acerca do tema em questão, devido a pesquisa estar em andamento e não ter realizado até o presente momento a análise dos livros didáticos.

A História Regional em questão

Refletindo acerca do surgimento da área temática em História, a História Regional, tanto a autora Jane Rodrigues quanto Cláudia Viscardi acreditam que a História Regional surgiu no contexto da renovação historiográfica a partir da escola dos *Annales*, no início do século XX, e ambas afirmam que esta nasceu inserida a partir da História Social, onde o estudo do cotidiano possibilitou a “revisão das generalizações e homogeneizações até então presentes nas Histórias” (RODRIGUES, 1997. p. 150).

A partir dessas informações, encontro três autores que compartilham de uma mesma abordagem a respeito da História Regional: estudos regionais estudam o particular.

* Esse trabalho faz parte da pesquisa, que se encontra em andamento, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e apresentado como trabalho da disciplina Pesquisa Histórica I, com algumas modificações.

** Graduanda do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: brunasd@gmail.com.

O autor Valmir Batista Corrêa, que trabalha especificamente a historiografia regional sul-mato-grossense, diz que para compreender a História do Brasil, é necessário “sem dúvida passar pelo resgate e pela análise crítica da historiografia regional” (CORREA, 1994. p. 52). Jane Rodrigues, que também concorda com o estudo do particular, afirma que até então “negligenciavam o particular, o específico [...]” (RODRIGUES, 1997. p. 150). Aldieris Caprini acrescenta ainda que a temática regional faz conhecer melhor a história do país ao valorizar as peculiaridades (CAPRINI, 2007). Assim, Cláudia Viscardi diz que “A História Regional [...] é uma opção de recorte espacial do objeto estudado”. (VISCARDI, 1997. p. 84).

De acordo com Cláudia Viscardi, o estudo da História Regional aqui no Brasil começa a ser frequente a partir da década de 1970 – inicialmente no âmbito agrário, para estudos comparativos (VISCARDI, 1997), e essa é outra proposta dos estudos regionais, onde Jane Rodrigues afirma o mesmo, enfatizando que tanto a História Regional quanto a História Local tem “oferecido elementos preciosos para os estudos comparativos, porque permite detectar as rupturas e as discontinuidades com mais acuidade do que nos processos de análises macro” (RODRIGUES, 1997. p. 152-153).

Referindo-se às fontes e a metodologia ao se trabalhar com a História Regional, “o historiador precisa ser arquivista e processador de documentos” (PRIORI, 1994. p. 185), uma vez que “quase sempre os arquivos não passam de um amontoado de papéis velhos e sujos, jogados às traças e ao faro do historiador” (PRIORI, 1994. p. 185). Jane Rodrigues concorda com Priori, ao afirmar que as fontes são de difícil acesso, “uma vez que inúmeras cidades brasileiras [...] carecem de arquivos públicos ou centros de memória” (RODRIGUES, 1997. p. 160).

Corrêa também discute a dificuldade em encontrar as fontes necessárias para a pesquisa regional, devido ao “descaso com que são tratadas as questões históricas no Estado” (CORREA, 1994. p. 54), enfatizando que o autor trata especificamente do caso de Mato Grosso do Sul. Outro argumento utilizado por Priori, Jane Rodrigues e Valmir Corrêa, e incluindo Cláudia Viscardi, é a delimitação de espaço e do tempo necessários para a pesquisa regional. Viscardi pondera alguns critérios definidores a respeito do espaço regional ao qual se quer trabalhar, ao demonstrar ser esse um problema metodológico da História Regional¹. Já Caprini

¹ Viscardi diz que a Escola Marxista contribuiu para a solução desses problemas, em que as “regiões devem ser definidas pelo caráter das relações de classe que se dão em seu interior, sem no entanto descurar, da análise das relações existentes entre uma região e as demais.” (VISCARDI, 1997. p. 86) Já para Milton Santos, região é uma abstração empírica em meio a um contexto macro, hoje conhecido como “globalizado” (VISCARDI, 1997). Para

ênfata que “Os trabalhos denominados de História Regional são constantemente questionados pelo fato de que toda pesquisa aborda determinado espaço, daí todas as pesquisas serem regionais, não necessitando de enfatizar a metodologia”. (CAPRINI, 2007. p. 01)

Assim, Caprini acredita que a História Regional não possui metodologia própria, mas não deixa de ressaltar que ao se trabalhar temas regionais o recorte espacial e temporal são fundamentais. Priori observa que “só é possível conceber uma história regional, se realizarmos um recorte espacial inserido numa temporalidade determinada”. (PRIORI, 1994. p. 182).

Outro problema encontrado, de acordo com esses autores, ao se trabalhar o regional /local, é a dificuldade quanto à publicação de livros regionais, que, de acordo com Jane Rodrigues:

O mercado editorial, centrado no eixo Rio-São Paulo, prioriza as temáticas tidas da História Nacional, restando às editoras das Universidades a tarefa de publicação dos trabalhos de seu corpo docente, cuja circulação é restrita e bastante precária para alcançar o público leitor. (RODRIGUES, 1997. p. 156)

As temáticas ditas “História Nacional” dão ênfase à macro-história, em que são abordados apenas os grandes acontecimentos. Jane Rodrigues complementa também ao dizer que há uma dificuldade em cultivar “temas cristalizados pela historiografia nacional”. (RODRIGUES, 1997. p. 155)

Corrêa, se referindo à pesquisa regional de Mato Grosso do Sul, concorda, afirmando que: “[...] os livros existentes sobre a região geralmente se constituem de edições recentes e doados na maioria das vezes pelos próprios autores”. (CORREA, 1994. p. 53).

Assim Corrêa explica a dificuldade de publicações de livros de História Regional, tanto nas escolas quanto no próprio mercado consumidor, em que muitas vezes, como disse, os livros acabam sendo doados - inclusive para a divulgação dessas pesquisas.

Cardoso, “o recorte regional consiste no estudo do parcial sem que se perca a noção de determinação global” (VISCARDI, 1997. p. 86). Vera Silva, quanto a determinação do espaço regional, a região só pode ser vista no âmbito do enfoque sistêmico – em que subsistem de um todo mantendo com ele inter-relações, levando em conta aspectos sociais e políticos (VISCARDI, 1997). Marcos Siva vê a região como “um universo de práticas vivenciadas pelos diversos grupos humanos que nela se inserem, o qual engloba o relevo, as relações pessoais, a memória familiar [...]” (VISCARI, 1997. p. 87). Por fim, para Pierre Bordieu a “delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem” (VISCARDI, 1997. p. 87-88). Viscardi ainda cita mais dois autores. Assim, a partir dessas definições por diversos autores de região, ela define duas correntes para o entendimento de definição e delimitação de espaço regional: 1) “a definição parte do objeto e não do sujeito do conhecimento” (VISCARDI, 1997. p. 88) e 2) “a definição do que seja região e de suas fronteiras surge das análises produzidas pelo sujeito do conhecimento.” (VISCARDI, 1997. p.89).

Ainda referindo-se aos métodos para trabalhar com regiões, Priori diz que “resta ao historiador o duplo trabalho: localizar e organizar os documentos para depois pesquisá-los” (PRIORO, 1994. p. 185). Verificam-se assim alguns problemas que os pesquisadores que trabalham com a História Regional e Local enfrentam, mas que, mesmo diante de tais obstáculos, de acordo com Corrêa, essa é uma temática na área de História que cresce a cada dia. (CORREA, 1994).

Questões acerca da divisão do antigo Mato Grosso

Marisa Bittar, no volume I do seu livro intitulado “Mato Grosso do Sul: a construção de um estado” (2009) analisa o processo da divisão do Estado de Mato Grosso, desde as primeiras ocupações no Sul de Mato Grosso por imigrantes, advindos principalmente do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, até a efetivação da divisão do Estado, em 1977.

De acordo com o estudioso Paulo Cimó, as primeiras ocupações efetivas no antigo Mato Grosso se deram por Cuiabá, com a descoberta do ouro em 1918, e já na porção sul, o povoamento de não-índio se daria apenas “a partir da terceira década do século XIX, com base na pecuária bovina” (QUEIROZ, 2006. p.155)

De acordo com Bittar, não houve uma idéia concreta, um movimento divisionista de fato, até 1932, a partir da criação da Liga-Sul-Matogrossense. Antes, havia apenas causas separatistas, efeito de líderes sulistas contra líderes do norte e do centro de Mato Grosso, lutando por seus interesses. Um ponto importante a esse respeito é a maior parte da historiografia regional colocar como “antecessores” do movimento divisionista, homens que tinham como ideário a luta por suas terras, e que, se conveniente fosse, aderiria a essa “causa”. Ou seja, eram lutas de particulares, e não um movimento em si.

Bittar diz que a história de Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul é classificada em quatro categorias: Obras escritas antes da divisão do Estado pelo Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT); em segundo, obras após a divisão do Estado pelo Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS); em terceiro as obras escritas por sul-mato-grossenses antes da divisão (principalmente entre 1930 e 1960) e por último, as pesquisas acadêmicas.

Em suas pesquisas, Bittar ressalta que não havia na historiografia produzida pelo IHG-MT menção a movimentos separatistas no início do século XX, havendo apenas

“agitadores” e “maus elementos” (BITTAR, 2009. p. 128). Em contraponto, a historiografia do IHG-MS tende a valorizar essas causas divisionistas, “tomando-os como uma espécie de ponto de partida, o evento fundador da história de Mato Grosso do Sul”. (BITTAR, 2009. p. 128)

Em 1920, com as novas classes sociais no Brasil, surgem movimentos sociais visando à queda da oligarquia no país, “sobrepondo-se às lutas localizadas” (BITTAR, 2009. p. 133). O movimento constitucionalista foi importante para o Sul de Mato Grosso, segundo a autora, pois pela primeira vez a região sul agiu independentemente do Estado.

Queiroz afirma que na Revolução de 1930, o sul de Mato Grosso apoiou a candidatura de Vargas, enquanto o norte apoiava o governo tradicional. Mas, com a vitória de Vargas, o norte “deu a volta por cima” (QUEIROZ, 2006. p. 159), aderindo ao novo regime e passando a exercer influência sobre o interventor nomeado pelo Governo Provisório. Por esse motivo, na Revolução Constitucionalista de 1932, a elite sulista apoiou a insurreição paulista, abandonando o apoio a Vargas.

Nesse ínterim, a cidade de Campo Grande já prosperava, se tornando a segunda maior cidade do Estado. As causas desse crescimento vieram por alguns fatores principais: a Guerra do Paraguai, em que soldados que lutaram, passaram a morar nessa região; a Estrada de Ferro Noroeste, que agora ligava Campo Grande diretamente a São Paulo; a transferência do Comando Militar de Corumbá para Campo Grande; sua posição geográfica e também por que Campo Grande funcionava “como plataforma para a região que concentrava gado” (BITTAR, 2009. P.198). De acordo com Queiroz, “o advento da ferrovia permitiu ao Sul uma ligação direta e rápida com os grandes centros do Sudeste brasileiro, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro (enquanto a população cuiabana continuava a depender da difícil navegação dos rios Cuiabá e Paraguai até Porto Esperança, ponto terminal da ferrovia)” (QUEIROZ, 2006. p. 156).

“Vemos, assim, que a despeito dos discursos divisionistas era o norte que se achava mais isolado e com muito mais dificuldade de se ligar ao sul, cujo desempenho econômico crescia” (BITTAR, 2009. p. 214).

Na década de 1932, nasce uma organização com o objetivo de lutar pela divisão de Mato Grosso: a Liga Sul-mato-grossense, criada por universitários mato-grossenses, oriundos das elites agrárias do sul do Estado. Em 1933, é enviada uma petição para a separação do Estado, mas Vargas não tinha intenção de “estimular regionalismos e dividir estados” (BITTAR, 2009 p. 231).

Queiroz diz que no início do século XX, intelectuais nortistas tentam “construir” uma identidade, para superar a imagem ruim que tinha aos olhos de imigrantes estrangeiros e viajantes, pois eram vistos como sanguinários, pessoas vingativas, preguiçosas e ignorantes. (QUEIROZ, 2006). Mas ao mesmo tempo em que criam essa identidade para melhorar sua imagem, o autor acredita que teve também como objetivo no intuito das elites locais continuarem mandando no Estado, devido às grandes diferenças regionais existentes no antigo Mato Grosso. (QUEIROZ, 2006).

Nesse momento, vemos então “os dois ingredientes essenciais do ideal divisionista [...] amadurecidos: a) a superioridade econômica do sul do estado sobre o centro-norte, b) a desproporção numérica de sua representação política” (BITTAR, 2009. p. 234).

Durante o Estado Novo é criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938, em que elaborou-se “sugestões com vistas ao reajustamento do quadro político-territorial, abarcando os seguintes objetivos: a ocupação efetiva do território; a sua divisão de maneira eqüitativa e racional; a localização adequada da capital da República” (BITTAR, 2009. p. 265). Apesar de alguns membros discutirem a redivisão do país, incluindo o Mato Grosso, Vargas permanece negando essa proposta, pregando a unidade territorial.

Já na década de 1970, Juarez Távora, assessor do general Castelo Branco, elaborou diversos trabalhos de geopolítica, baseados na Escola Superior de Guerra, criada em 1949. Esses trabalhos previam a separação do sul de Mato Grosso para a criação de um novo Estado, pois, na estratégia da geopolítica visava de um lado “à segurança” e, de outro, “a integração do território” (BITTAR, 2009. p. 276).

O golpe militar de 1964 foi apoiado tanto pelo norte quanto pelo sul de Mato Grosso, “por acreditarem que haveria a ‘valorização regional’” (BITTAR, 2009. p. 280).

Geisel, assim como Távora, foi um dos principais assessores de Castelo Branco, e todos eram membros da Escola Superior de Guerra. Assim, quando Geisel assume a presidência, era de se esperar que ele colocasse em prática algumas das estratégias geopolíticas outrora apresentadas por Golbery e Távora. Quando Geisel assumiu a presidência, logo tratou de fazer as mudanças geopolíticas que já havia sido discutida anteriormente, e, assim, “pela primeira vez, o separatismo do sul de Mato Grosso encontrava respaldo em um governo federal” (BITTAR, 2009. p.284).

Em 1959, um grupo de separatistas emite um manifesto denominado *Movimento pró-divisão de Mato Grosso*, assinado em grande parte pelos mesmos autores dos manifestos da década de 1930. Um dos argumentos utilizados pelo grupo foi o crescimento político no sul do Estado, que de acordo com Bittar “continuou a crescer [...] de tal forma que no período de 1947 a 1962 ela consolida a sua superioridade” (BITTAR, 2009. p. 291). Mas ainda assim a divisão não estava nos planos do então Presidente Jânio Quadros. Já no Golpe de 1964, os “ideólogos do regime militar” viam a divisão do Estado como forma de proteção de território, para uma melhor ocupação nesses “espaços vazios” (BITTAR, 2009. p. 297). Os dois primeiros presidentes (Castelo Branco e Médici) que se seguiram após o Golpe Militar não trataram do assunto, pois “o arrocho salarial” e a “repressão política” eram as preocupações centrais. (BITTAR, 2009). Já com Geisel, que desde a Escola Superior de Guerra estudava a questão da divisão, “remanescentes da Liga tentaram, então, se rearticular para oferecer suporte à decisão de Geisel” (BITTAR, 2009. p. 301).

Em 1975, foi promovido tanto em Campo Grande quanto em Cuiabá o 1º Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, na qual um de seus temas de estudo e discussão seria a divisão político-administrativo de Mato Grosso, sendo mais tarde utilizado como “subsídio para o projeto da divisão de Mato Grosso” (BITTAR, 2009. p. 304).

A decisão de divisão foi “decidida nos altos escalões do Exército e na Presidência da República”, onde “o ministro do Interior encarregou, então, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDEO) de efetivar as medidas para a divisão [...] (BITTAR, 2009. p. 305), no qual a autora diz que essa decisão da divisão ser feita “pelo alto” ser “típico procedimento na história política brasileira” (BITTAR, 2009. p.306).

Para a aceleração do processo divisionista, coube à Liga Sul-Mato-Grossense, montar uma estratégia para haver conflitos entre cuiabanos e campo-grandenses, que, assim que noticiadas, eram enviadas à Geisel para mostrar de fato que haviam atritos entre as duas regiões do Estado (BITTAR, 2009).

Dessa forma, Bittar finaliza o capítulo 7 dizendo que “o regionalismo se distinguiu como elemento intrínseco à formação histórica do sul e que evoluiu para a forma mais extrema: o divisionismo”.(BITTAR, 2009. p.314).

A divisão do Estado sob um olhar memorialista

O livro de José Barbosa Rodrigues, intitulado “Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um Estado”, conta a história do Sul de Mato Grosso, desde os primeiros exploradores que aqui chegaram, até a criação do Estado pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. É dividido em 22 tópicos (incluindo introdução), em que apresenta censo demográfico do Estado, seu clima, vegetação, entre outros dados estatísticos. O livro “História de Mato Grosso do Sul”, de Campestrini e Guimarães, é similar ao do Rodrigues, porém contém mais informações, É dividido em 11 capítulos com subtítulos.

Barbosa Rodrigues diz que Mato Grosso do Sul é muito amada pelo povo que habita o estado, e que a divisão veio para dar fim a uma luta de mais de 70 anos. (RODRIGUES, 1978). O autor explica que antes dos bandeirantes o sul de Mato Grosso era habitado por índios, entre os quais os *Paiaguás*, *Caiuás* e os *Guaicurús*, mas que após as bandeiras essa população praticamente se extinguiu. (RODRIGUES, 1978). As contribuições positivas para o Sul de Mato Grosso veio após a Guerra do Paraguai, que de acordo com Rodrigues, “até então vivera entregue a própria sorte” (RODRIGUES, 1978. p. 22).

Campestrini e Guimarães afirmam também que ao findar da Guerra do Paraguai, fazendeiros advindos de outras regiões vieram a instalar-se nas terras sul mato-grossense. (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 2002).

Tanto o autor Rodrigues quanto Campestrini e Guimarães escrevem que o povoamento em Mato Grosso por estrangeiros se deu pela descoberta do ouro em Cuiabá. Rodrigues diz que apenas em 1775, com a criação do Forte Coimbra que se iniciou a povoação do atual Estado de Mato Grosso do Sul. (RODRIGUES, 1978).

As duas obras tratam também de como se deram a criação de algumas cidades que compõem o Estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com Campestrini e Guimarães, em 1874, foi iniciada a exploração da erva-mate por Tomás Larangeira, que, de acordo também com Rodrigues, serviu para demarcar as regiões territoriais entre Brasil e Paraguai, onde surgiu “um verdadeiro estado dentro do estado, com justiça e policiamento próprios (RODRIGUES, 1978.p. 31).

A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (anteriormente chamada de Itapura - Corumbá) acarretou a leva de novos imigrantes para o sul de Mato Grosso. (RODRIGUES, 1978).

Rodrigues, a respeito da Revolução Constitucionalista de 1932, afirma que houve um governo independente do governo de Cuiabá, em que ambas as regiões divergiam no ideário de governo, onde o norte de Mato Grosso apoiava o atual governo federal, enquanto o sul apoiava a candidatura de Getúlio Vargas. (RODRIGUES, 1978). Em contraponto, Campestrini e Guimarães acreditam que nesse período houve um Estado independente de Mato Grosso, intitulado inclusive, no capítulo 8 do seu livro o subtítulo “O Estado de Maracaju”. (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 2002. p. 219).

O desfecho da divisão do Estado não é muito bem abordado no livro de Barbosa Rodrigues, até por isso ela é tratada somente na introdução do livro, em que o autor pontua que

[...] somente nos meados da década de 70 que, por iniciativa do governo do Presidente Ernesto Geisel, o assunto foi estudado com profundidade e equacionado em definitivo para satisfação de todos os habitantes do sul do então Estado de Mato Grosso (RODRIGUES, 1978. p. 18).

Campestrini e Guimarães já dão as causas e antecedentes da divisão, ao dizer que a primeira tentativa de divisão tenha se dado em 1892 e assim, ao longo do século seguinte, novas tentativas pela divisão, mas que sempre houve barreiras para a efetivação. (CAMPESTRINI, GUIMARÃES, 2002.). Os autores também citam a criação da Liga Sul-Mato-Grossense.

A respeito do por quê da divisão, os autores utilizam-se do próprio discurso de Geisel para isso. Assim, ele finaliza ao dizer que “Mato Grosso sempre foi dual: norte e sul – por diferenças geográficas, históricas, administrativas e culturais” (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 2002. p. 247).

Considerações Finais

Ao que foi proposto a esse trabalho, uma discussão historiográfica, pude ter uma melhor compreensão a respeito do tema em que trabalharei para o meu trabalho de conclusão de curso. Ao organizar as idéias e os autores, pude chegar a algumas conclusões a partir dos textos lidos:

- O estudo de temas regionais é recente, principalmente no Brasil, que de acordo com Viscardi passa a ser mais recorrente a partir da década de 1970, mas ao mesmo tempo em que é recente, é um tema cada vez mais adotado por historiadores, por permitir estudos comparativos, ter a compreensão do processo geral de um acontecimento a partir do estudo do particular e por valorizar a peculiaridade de cada região. Mas também aponta

algumas deficiências que os pesquisadores ainda enfrentam, como encontrar, identificar e organizar fontes, devido ao descaso por parte do governo de algumas regiões, por vários desses documentos estarem em mãos de familiares, que também dificultam o acesso à elas e também o descaso do mercado editorial, que continuam a priorizar a “História Tradicional”, não valorizando a temática, de uma forma geral.

- Apesar da pouca leitura a respeito da divisão do Estado em si, em que utilizei apenas do livro de Marisa Bittar e o artigo do Paulo Queiroz, pude entender as principais questões que levaram à divisão do Estado de Mato Grosso para a formação de um novo, o Estado de Mato Grosso do Sul; a diferença existente entre *causa* separatista e *movimento* separatista, em que são tratados em momentos diferentes, em como se deu o desenvolvimento e o crescimento da cidade de Campo Grande para lutar pela condição de capital do novo Estado, a criação da Liga Sul-Mato-Grossense e quais os motivos que levaram os sulistas de Mato Grosso a optar pela divisão do Estado, e por fim, a divisão em si, e por que ela está inserida na Ditadura Militar com o governo de Geisel. Também as questões identitárias, apresentadas por Queiroz, que após a criação da Liga Sul-Mato-Grossense, em que os documentos enviados à petição para a separação do Estado, utiliza-se da mesma identidade criada pelos intelectuais do norte do estado, com o intuito de melhorar sua imagem frente aos estrangeiros e viajantes e também como forma de barrar novas elites, que pudessem apresentar perigo para o mando do Estado de Mato Grosso.
- Os livros de José Barbosa Rodrigues e de Hildebrando Campestrini juntamente com Guimarães dá-nos uma clara visão de se tratarem como obras memorialistas. A partir da análise do livro de Barbosa Rodrigues, podemos destacar algumas idéias transcritas no texto com o intuito de exaltação do Estado, e também no sentido de criar uma identidade, como citou Paulo Queiroz em seu artigo no tópico anterior. Como a obra de Rodrigues foi escrita um ano após a divisão, em 1978, é explicável que essa obra seja exatamente nessa “mitificação” da história do Estado. Podemos analisar isso logo na primeira página do livro como citado abaixo:

Mato Grosso do Sul, olhada a sua origem histórica, é uma denominação imprópria, mas muito amada pelos seus habitantes, pois foi na região que se deram vários e importantes feitos, repletos de patriotismo da gente matogrossense, durante a Guerra do Paraguai, principalmente. (RODRIGUES, 1978. p. 17)

O uso de frases e palavras como “muito amada por seus habitantes” e “repletos de patriotismo” nos mostra essa pretensão identitária do texto.

Queiroz diz que após a divisão do Estado em 1977, a historiografia de Mato Grosso do Sul, referindo-se a Constitucionalista de 1932, deu grande destaque para esse evento, como destaca:

[...] esse episódio tem sido alçado por vários autores à condição de uma “primeira divisão” do Estado, chegando-se mesmo a afirmar que, durante esse período, teria formalmente existido no Sul o “Estado de Maracaju”. Trata-se, no entanto, de uma versão fantasiosa. (QUEIROZ, 2006. p. 160)

O livro de Barbosa Rodrigues refere-se a esse episódio como “um governo independente de Corumbá” (RODRIGUES, 1978. p. 55). Porém, Campestrini e Guimarães insinuam o que foi citado Queiroz, ou seja, que houve sim durante esse período um novo Estado, ao escrever que “com a capitulação aos constitucionalistas, no dia 2 de outubro, o **novo Estado** ficou sem sustentação” (grifo meu) (CAMPESTRINI, GUIMARÃES, 2002. p. 224). Aqui podemos perceber como a criação do Estado de Mato Grosso do Sul esteve também ligado à sua construção identitária, mas que não mais aprofundarei no assunto por não ser o foco desta pesquisa. Também a respeito do que foi dito anteriormente sobre causa divisionista e movimento divisionista, em que Marisa Bittar explica esses dois momentos, Rodrigues, para “criar” uma história para o novo Estado, escreveu assim:

O governo chefiado por Vespasiano Martins, em Campo Grande, tinha como certo, se vitoriosa a Revolução, a separação definitiva da região Sul, **concretizando-se assim o velho sonho divisionista que vinha desde os últimos anos do século anterior.** (grifo meu) (RODRIGUES, 1978. p. 57)

Sonho este, que de acordo com Marisa Bittar, nunca existiu como forma, movimento, mas sim atendia apenas a particulares que buscavam direitos sobre suas terras e quando lhe era convencional.

Enfim, podemos facilmente identificar obras memorialistas pela forma em que é construído o texto e por apresentar objetivos de identidade e legitimação de poder de determinada região/ estado/ país.

Referências:

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: A Construção de um Estado**, vol. 1: Regionalismo e Divisionismo no Sul de Mato Grosso: Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2009.

CAMPESTRINI, Hildebrando. GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 5ª edição, 2002.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Considerações sobre História Regional**. [S.L.] [s.n.] 2007

CORRÊA, Valmir Batista. **A História Regional em Questão**. Revista Científica, UFMS, Campo Grande, MS, v.1, nº 2. p. 51-56, 1994.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **História Regional e Local: métodos e fontes**. Pós-História, Unesp - Assis, v. 02, p. 181-187, 1994.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul: Divisionismo e Identidade (um breve ensaio)**. Diálogos (Maringá), v. 10-2, p. 149-184, 2006.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. **História Regional e Local: problemas teóricos e práticos**. História & Perspectivas, Uberlândia, MG, UFU, nº 16, p. 149-164, 1997.

RODRIGUES, José Barbosa. **Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado**. São Paulo, SP: Vaner Bicego, 1978.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **História, Região e Poder: A Busca de Interfaces Metodológicas**. LOCUS: revista de história, Juiz de Fora, MG, vol. 3, n. 1. p. 84-97, 1997.